

Capítulo 4

Termo 1

Dívida

Que a dívida deve ser paga universalmente, e não que se deva dar ao amigo.

Termo 2

Enganar

Que quem é enganado, crendo ser amado por causa do honesto, deve acusar-se a si mesmo, se não viu no que ama algo de operação honesta.

Termo 3

O enganador

Que o enganador que engana pela simulação do amor é mais censurável no amor do que o falsificador de moedas.

Termo 4

O deleitável

Que o deleitável é para cada um aquilo em relação a que se diz amigo de tais coisas.

Que o justo é deleitável para quem ama as coisas justas, e assim as coisas conformes à virtude o são para quem ama a virtude.

Que para muitos os deleitáveis se opõem entre si, porque diversos desejam coisas diversas que não são naturais.

Que são deleitáveis para os que amam o bem aquelas coisas que são naturais.

Que o delectável parece comum a todos os animais; e tanto o bem quanto o útil são delectáveis.

Que os delectáveis são diversos para os diversos, e mais delectáveis, conforme acontece serem convenientes à natureza.

Que aquele para quem nada é delectável nem difere uma coisa da outra está bem longe de ser humano.

Que os delectáveis ocorrem na vida com mais frequência do que os terríveis; pois na vida estamos habituados a tais coisas, e os hábitos são sem perigo.

Que o delectável não corrompe todo juízo, mas aquele que se refere ao operável.

Que dos delectáveis alguns são desejáveis por natureza, outros porém contrários a estes, e outros intermediários.

Que alguns delectáveis o são segundo a natureza para todos, outros segundo os gêneros de animais e os gêneros de homens, e outros por causa da paixão, do costume ou de uma natureza perniciosa.

Termo 5

O deleite

Que o deleite cresce com todos desde a infância.

Que o deleite e a tristeza são as regras das operações.

Que resistir ao deleite é mais difícil do que resistir à ira, como diz Heráclito.

Que devemos guardar-nos ao máximo dos deleites e dos delectáveis, e devemos comportar-nos diante deles como os anciãos do povo diante de Helena; e assim, afastando-os, pecaremos menos.

Que não há deleite nos atos das virtudes senão na medida em que atingem o fim.

Que os deleites se dividem em deleites da alma e deleites corporais.

Que os deleites que a temperança regula são servis e bestiais.

Que os deleites do tato tornam o homem brutal, porque não existem segundo aquilo pelo qual somos homens.

Que os deleites mais liberais estão separados da matéria da temperança, como os que há nos ginásios.

Que a respeito dos deleites há um excesso que se chama intemperança, e é censurável.

Sobre o deleite que há nas conversações.

Que alguns deleites são necessários, como os alimentos para a conservação do indivíduo e os venéreos para a conservação da espécie; outros são desejáveis, como a vitória, o poder, a honra e as riquezas.

Que a respeito dos deleites da ira, do lucro, das riquezas e da honra não somos ditos incontinentes em sentido próprio.

Que quanto aos deleites desejáveis alguém é dito incontinente não absolutamente, mas como o mau médico e o mau ator.

Que os deleitáveis por acidente são os deleitáveis curativos.

Que não é admirável que aquilo que é deleitável para um seja penoso para outro, porque muitas são as corrupções e os danos que ocorrem aos homens; por isso, aquilo em que se deleitam não é deleitável absolutamente, mas para os assim dispostos.

Que deleitáveis e preciosos são aqueles que assim parecem ao virtuoso, cuja operação é segundo a virtude.

Que nos deleites bestiais e mórbidos há algo semelhante à continência ou à incontinência, porque se pode vencer ou ser vencido, como se Fálaris mantivesse um menino para devorá-lo e depois o soltasse.

Que dos deleites corporais alguns são humanos, outros bestiais e outros mórbidos.

Que alguns deleites são necessários até certo ponto, isto é, na devida quantidade, mas não no excesso e no defeito; e o mesmo se dá nas concupiscências, nas tristezas e nas fugas.

Que os deleites não são bons, segundo a opinião de outros, prova-o por seis razões.

Que no deleite dos prazeres venéreos ninguém pode entender coisa alguma.

Que o deleite é uma geração sensível na natureza, segundo Platão.

Que os deleites que são sem tristeza não têm excesso; e estes são os dos deleitáveis segundo a natureza e não por acidente.

Que nenhum deleite é o ótimo, segundo outra opinião.

Que o deleite perfeito não se encontra nas concupiscências e tristezas, mas na operação perfeita se alegra a natureza que de nada carece.

Que não são os mesmos os deleites da natureza indigente e os da natureza já perfeita e constituída, porque a que é perfeita se alegra absolutamente com os deleitáveis, ao passo que a que se saceia se alegra com os contrários, como as coisas amargas e picantes.

Que os deleites não ocorrem sempre naquilo que se faz, mas naquilo em que já se usa um hábito anteriormente gerado.

Que o deleite não é uma geração sensível, mas a operação, não impedida, de um hábito já tornado connatural, segundo o Filósofo.

Que os deleites sejam maus por serem nocivos e causadores de doença é semelhante a dizer que os remédios são maus porque prejudicam o dinheiro.

Que o deleite não impede a prudência enquanto é próprio dela, mas enquanto é alheio; antes, faz especular e aprender mais.

Que nada impede que algum deleite seja o ótimo e o mais desejável, ainda que alguns sejam maus.

Que todos desejam o deleite, tanto as bestas quanto os homens; e assim é o ótimo.

Que os prazeres corporais herdaram esse nome pelo fato de que a maioria dos homens se inclina a eles, e são comuns a todos e conhecidos.

Que algum prazer é o melhor dos bens, é manifesto; caso contrário, não seria possível ao feliz viver deleitavelmente.

Que alguns prazeres são muito desejáveis, mas não os prazeres corporais, com os quais se ocupa o intemperante.

Que os prazeres corporais parecem muito desejáveis pelo fato de serem remédios veementes que expõem os excessos da tristeza, e parece que fazem existir sem o contrário, que é a tristeza, e por isso são requeridos com excesso.

Que os prazeres corporais não são bons por duas causas: ou pela necessidade das compleições ou por um hábito transmitido pelos pais, como nas feras e nos homens bestiais, e pelo costume, como nos homens perversos.

Que os prazeres corporais são virtuosos por acidente.

Que os prazeres corporais são veementemente buscados por cinco causas.

Que alguns desejam muito os prazeres corporais para extinguir a sede do desejo, e a si mesmos preparam a sede.

Que o prazer, se for excessivo, expõe toda tristeza; e por isso são muito desejados, e por causa disso os homens se tornam intemperantes e perversos.

Que o prazer está mais no repouso do que no movimento.

Que acerca do prazer há muita dúvida entre os filósofos, dos quais alguns o dizem bem, outros porém mal; e estes se dividem, porque alguns estão persuadidos por algumas razões, outros porém julgam que convém dizer que todos os prazeres são maus, não porque assim seja, mas para que os homens se afastem dos prazeres e sejam conduzidos ao meio-termo.

Que o prazer é bom por si, como Eudoxo julgava, pelo fato de que tudo parece desejá-lo, tanto os seres racionais quanto os irracionais, e cada um apetece aquilo que lhe é bom, e assim aquilo que todos apeteçam é bom por si para todos.

Que o prazer é desejável por si, porque se opõe à tristeza, que por si é evitada por todos, e é reconhecido por todos que não o escolhemos por causa de outra coisa nem em vista de outra coisa; e sinal disso é que ninguém é interrogado por que ou em vista de que se deleita, como se ele próprio fosse o fim em vista do qual as outras coisas são escolhidas.

Que o prazer, acrescentado a qualquer dos bens, o torna mais desejável, por exemplo, ao agir com justiça e ao ser temperante.

Que, pelo fato de o prazer se tornar mais desejável com a prudência, o prazer não é bom por si, porque pela mistura de nada se torna mais desejável aquilo que é bom por si; e é o argumento de Platão contra Eudoxo.

Que o prazer e a tristeza se opõem como o bem e o mal, porque se ambos fossem males, deveriam igualmente ser evitados, e se nenhum fosse mal, nenhum deveria ser evitado; ora, porém, parece que uns evitam esta como mal, a saber, a tristeza, e escolhem aquela como bem.

Que o prazer não é um bem, segundo a opinião de Platão e de Pitágoras; prova-se por três razões, todas as quais o Filósofo refuta.

Que os platônicos dizem que o prazer é movimento e geração, e por isso não é um bem, porque tudo o que é assim é imperfeito.

Que o prazer não é movimento, nem geração, nem restauração, como dizia Platão.

Que ao prazer o homem pode ser levado rápida ou lentamente, mas operar segundo o prazer rápida ou lentamente não é possível.

Que o prazer não é restauração, mas, feita porventura a restauração, alguém certamente se deleitará, e pelo fato de lhe ser subtraído aquilo que lhe é conveniente, entristecer-se-á.

Que o prazer seja restauração parecia surgir daquelas tristezas e prazeres que dizem respeito ao alimento.

Que os prazeres matemáticos e os dos sentidos, pelo olfato, pela audição e pela visão, não têm uma tristeza contrária.

Acerca dos que sustentam que todos os prazeres são perversos, e isto porque traziam para o meio certos prazeres muito vergonhosos, que era preciso dizer maus.

Que os prazeres não naturais não são deleitáveis absolutamente, ainda que sejam deleitáveis para os mal dispostos, como para os doentes as coisas sadias ou doces que são amargas, nem as brancas que assim parecem aos que padecem de oftalmia.

Que os prazeres, se não forem inaturais, são certamente desejáveis absolutamente e por boas razões, mas por certas razões não o são, porque são perigosos, como enriquecer para o traidor, e ser sadio não é desejável para quem come qualquer coisa, porque assim se empanturrará e morrerá.

Que os prazeres que provêm dos homens bons e das coisas boas diferem como daqueles que provêm das coisas torpes, pois os maus não se deleitam nas coisas boas, porque não é próprio das coisas justas deleitar quem não é justo, nem das coisas musicais deleitar quem não é músico.

Que o prazer não é bom por si, parece manifestá-lo o amigo verdadeiro, que difere do adulator; pois o adulator é censurado.

Sobre o prazer: o que é ou que espécie de coisa é, segundo Aristóteles.

Que o prazer é como um todo que existe simultaneamente, como a visão, que não necessita de algo posterior que aperfeiçoe a sua espécie, e assim ninguém, com prolongamento de tempo, obterá porventura maior prazer.

Que os que dizem ser o prazer movimento ou geração não dizem bem, porque a geração e o movimento se dizem apenas das coisas particulares e não dos todos, porque nem da visão há geração, nem do ponto, nem da unidade, nem de nada disso há movimento nem prazer.

Que o prazer é segundo todo sentido e o intelecto e a especulação.

Que o prazer aperfeiçoa a operação, como a beleza aperfeiçoa a juventude, mas não do mesmo modo.

Que o prazer estará na operação do sentido e do intelecto enquanto o sensível ou o inteligível for tal como é preciso, e aquele que discerne ou especula também.

De que modo ninguém se deleita continuamente? E responde que nenhuma coisa humana pode operar continuamente, e assim tampouco deleitar-se, o que segue a operação.

Que o homem por vezes se deleita mais nas coisas novas, na medida em que a mente, pelos desejos, se inclina mais intensamente a elas e opera mais fervorosamente, como os que olham com a vista.

Que alguém julgaria porventura que todos apetecem o prazer; pois o prazer aperfeiçoa o viver, que todos apetecem.

Que o prazer aperfeiçoa as operações e o viver, que todos apetecem.

Que o prazer não se separa da operação; pois sem a operação não há prazer.

Que o prazer aumenta a operação; pois julgam mais os particulares e os investigam com mais certeza os que operam com prazer, por exemplo, tornam-se geômetras os que se alegram.

Que, quando nos deleitamos em uma coisa, não atendemos às outras, como os que amam as flautas não atendem às palavras que lhes são ditas; pois o que é mais deleitável repele o outro; e se nos deleitamos frouxamente em algo, bem podemos fazer outras coisas, como os que veem nos teatros os que atuam mal podem ao mesmo tempo comer legumes.

Que o prazer próprio confirma as operações e as torna mais duradouras e melhores, ao passo que os alheios as impedem, e assim é manifesto que distam muito.

Que os prazeres alheios fazem quase o que fazem as tristezas próprias, porque ambos corrompem a operação própria, todavia não do mesmo modo.

Que os prazeres se comportam de modo semelhante às operações, que diferem em bondade e em pluralidade.

Que os prazeres pertencem mais propriamente às operações do que às concupiscências. Onde se duvidou se o prazer e a operação seriam o mesmo.

Que o prazer não é a mente nem o sentido, isto é, a operação da mente e do sentido; mas, por não se separarem, parecem a alguns o mesmo.

Que os prazeres são diversos e diferem do mesmo modo que as operações.

Que os prazeres da mente e do sentido diferem entre si em pureza, assim como as operações; e igualmente os sensitivos diferem entre si, e igualmente os que são da mente diferem entre si, porque os espirituais são mais puros do que os naturais.

Que para cada um dos demais animais há um prazer próprio, assim como uma operação, e dos diversos são diversos e de um só é um, como o prazer do cavalo, do cão e do asno.

Que se dizem deleitáveis e prazeres absolutamente aqueles que assim parecem ao virtuoso e nos quais ele próprio se alegra, porque o virtuoso é a medida de todas as coisas humanas.

Questiona-se sobre os prazeres dos virtuosos, quantos deles pertençam ao número dos prazeres, e sobre o que seja absolutamente o prazer do homem; e responde que são humanos aqueles prazeres do homem perfeito e bem-aventurado.

Que os prazeres que estão nos jogos, aos quais os poderosos recorrem, não se deve dizer que sejam os melhores pelo fato de eles mesmos os desejarem, assim como também não são os melhores aquelas coisas que as crianças julgam preciosas.

Termo 6

O débil

Que o débil se assemelha aos que se embriagam com pouco vinho.

Que os débeis, ainda que tenham deliberado muito de antemão, não permanecem no bem da razão e por isso são piores.

Que o débil incontinente se assemelha à cidade que queria leis, mas não tinha nenhum cuidado com as leis.

Termo 7

Desejo

Que o desejo seria vão e vazio se o processo se estendesse ao infinito.

Que todo desejo de algum fim segue a imaginação daquele que deseja, da qual não somos senhores.

Que o desejo do fim não é espontâneo, mas é preciso que seja inato.

Termo 8

Habilidade

Que a habilidade é a diligência cuja função é operar em direção à intenção proposta.

Termo 9

O hábil

Que o hábil pode muito bem ser incontinente, mas não é aquele que não considera em ato a proposição menor, mas está como quem dorme e está ébrio, é conhecedor, e não é mau absolutamente, mas semimau.

Termo 10

Divino

Que o divino e o bestial raramente se encontram nos homens.

Termo 11

Deus

Que chamamos os deuses bem-aventurados e felizes, e também os homens divíssimos.

Que Deus se alegra com um único e simples prazer.

Que supusemos que todos os deuses são bem-aventurados e felizes.

Que atribuir aos deuses as virtudes morais é ridículo.

Que para os deuses todas as coisas que se referem aos louvores e às ações das virtudes morais são pequenas e indignas.

Que para os deuses, cuja vida inteira é contemplação, a vida inteira é bem-aventurada; para os homens, porém, na medida em que existe alguma semelhança de tal operação; mas nenhum dos outros animais é feliz.

Que os deuses têm cuidado das coisas humanas e por isso amam sobremaneira aquele que lhes é o mais semelhante, e tal é o contemplativo, que também opera bem e retamente segundo a virtude moral.

Termo 12

Diferença

Sobre a diferença entre o uso e a operação, e entre o hábito e a posse.

Sobre a diferença entre o ato e o feito.

Sobre a diferença entre o conselho e a questão.

Que há diferença entre o especulativo e o prático, porque o especulativo versa sobre os primeiros princípios, dos quais se fazem as demonstrações.

Termo 13

O instruído

Que é próprio do instruído buscar a certeza em cada gênero na medida em que a natureza o admite.

Termo 14

Riquezas

Que as riquezas não são o bem que se busca; pois são úteis e existem em vista de outra coisa.

Termo 15

O diligente

Que acontece de alguém não ser diligente por causa do costume, na medida em que vive de modo negligente.

Termo 17

A metade da vida

Que, segundo a metade da vida, em nada diferem os felizes dos miseráveis.

Termo 17

Os intratáveis

Que se chamam desabridos e litigiosos os que se opõem a tudo o que é dito ou feito pelos outros.

Que o desabrido e litigioso é o que perturba a todos.

Termo 18

Dignidade

Que nem todos afirmam ser a dignidade a mesma coisa, mas alguns dizem que é a liberdade, outros as riquezas, outros a nobreza de linhagem.

Termo 19

Dicha

Que, quando o todo é dividido pela dicha, então dizem ter aquilo que é seu.

Termo 20

Democracia

Que a democracia parece existir naquelas comunidades em que não há domínio e naquelas em que o que governa é fraco.

Que nas democracias há muito de amizade, na medida em que põem as coisas em comum.

Termo 21

A casa

Que a casa é mais e primeiramente necessária do que a cidade.

Termo 22

Faculdades dominantes

Que as faculdades dominantes do ato são três: o sentido, o intelecto e o apetite.

Termo 23

Demonstrações

Que as demonstrações nas coisas operáveis procedem da razão do fim.

Termo 24

Adivinhar

Que todos parecem adivinhar que a virtude moral é certo hábito segundo a prudência.

Que para os deuses e para os homens não convém o mesmo, nem no templo nem no sepulcro.

Que há algo de divino em todas as coisas por parte do apetite, que inclina a desejar o mesmo no exemplar.

Revision #1

Created 11 October 2026 19:23:33 by Admin

Updated 11 October 2026 19:23:33 by Admin